31 DE DEZEMBRO DE 2020

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE MINAS GERAIS – CAU/MG

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE MINAS GERAIS – CAU/MG

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE MINAS GERAIS – CAU/MG

Demonstrações contábeis
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Conteúdo

Balanço patrimonial

Balanço financeiro

Balanço orçamentário

Demonstração das variações patrimoniais

Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020, DO CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE MINAS GERAIS – CAU/MG

1. Informações Gerais

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Minas Gerais – CAU/MG, criado pela Lei nº 12.378/2010 tem como principais atividades orientar e fiscalizar o exercício da profissão do arquiteto e urbanista.

Dotado de personalidade jurídica, encontra-se vinculado à Administração Indireta e funciona como Autarquia Federal Especial, tendo sua estrutura e organização estabelecidas em seu Regimento Interno. A Entidade goza de isenção tributária, com base na Constituição da República Federativa do Brasil – CRFB de 1988 art. 150 Inciso VI.

O Conselho está localizado na Avenida Getúlio Vargas, nº 447 / 11º Andar – Funcionários – Belo Horizonte/MG – CEP 30.112-020.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

2.1 Base de preparação

As Demonstrações Contábeis estão fundamentadas na Lei nº 4.320/64 e em consonância com o Manual de Contabilidade aplicado ao Setor Público, aprovada pela Portaria Conjunta STN/SOF nº 01/14, e Portaria STN n° 700 de 10/12/2014, 8ª edição, e Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao setor público conforme NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL, NBC TSP 07, NBC TSP 11 e NBC TSP 17.

2.2 Base de Mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens:

- Provisões para férias de empregados/funcionários;
- Depreciações e amortizações do ativo imobilizado e intangível.
- Provisões para contingências, sempre que constituídas; e
- Provisão para devedores duvidosos, sempre que constituída.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da entidade.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Ativos e passivos significativos sujeitos a estimativas e premissas incluem, principalmente, o cálculo das depreciações sobre o ativo imobilizado (*Nota 3.4*), a

estimativa para perdas em função do risco de crédito de contribuintes (*Nota 3.2.1*) e a provisão para riscos trabalhistas e cíveis (*Nota 3.8*). Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua realização ou liquidação.

3. Políticas Contábeis

Dentre as principais práticas adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis, aplicadas de forma uniforme com o exercício anterior, exceto no que tange às provisões para devedores duvidosos (subitens 3.2.1 e 3.2.2), ressaltam-se:

3.1 Caixa e equivalente de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.2 Créditos de anuidades

Os créditos de anuidades relativas ao exercício do balanço são reconhecidos ao início do exercício em conta específica, pelo valor estimado em proposta orçamentária referente à previsão de receitas dos profissionais e empresas ativos no banco de dados do CAU/BR. Após o encerramento do exercício, o saldo não recebido é transferido para outra conta do ativo, representando créditos de anuidades de exercícios anteriores.

3.2.1 Ajuste para Perdas de Créditos de Liquidações Duvidosas

a) **Implantação de política contábil em 2017** – Em atendimento aos prazos normativos de implantação emanados pela Secretaria do Tesouro Nacional, por meio da Portaria STN nº 539/2015, anexo único (Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP), e pelo Conselho Federal de Contabilidade, mediante a Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP Estrutura Conceitual, de 23/09/2016 (Mensuração de Ativos e Passivos nas Demonstrações Contábeis), o CAU/MG procedeu ao registro contábil de Ajuste para Perdas de Devedores Duvidosos ao encerramento do exercício de 2017.

b) **Base de mensuração** – Média ponderada dos percentuais de recebimento de anuidades de pessoas físicas e jurídicas nos últimos três exercícios anteriores ao deste balanço, aplicada sobre o estoque acumulado de créditos oriundos de anuidades não recebidas relativas aos exercícios de 2012 (ano de início das atividades do Conselho) a 2017.

c) **Julgamento pela aplicação** – Tratando-se de implantação de política, decidiu-se aplicar critério proposto pelo CAU/BR por meio da Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017, plausível à realidade do CAU/MG, considerando-se o princípio contábil do conservadorismo ou prudência ao tempo em que se utiliza o comportamento histórico de recebimentos em detrimento de estimativas de recebimentos em ações de cobrança.

3.3 Estoques

Os estoques são registrados ao custo de aquisição, que não supera os valores de mercado ou valor líquido de realização. Os estoques estão representados exclusivamente pelo almoxarifado de materiais de uso e consumo em expediente.

3.4 Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas por "*impairment*", quando aplicável.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Entidade.

O CAU/MG **segue parcialmente** a Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017 expedida pelo CAU/BR, quanto aos procedimentos na aquisição, baixa e na depreciação/amortização dos seus bens patrimoniais.

A depreciação é calculada pelo método linear, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada, como segue:

Tipo do Bem	Anos	Valor Residual
Móveis e Utensílios	5	10%
Veículos	5	50%
Máquinas e Equipamentos	5	10%
Equipamento de Processamento de Dados	3	10%
Biblioteca	-	-
Obras de Arte	-	-
Utensílios de Copa e Cozinha	10	10%
Sistemas de processamento de Dados	3	10%
Instalações	10	10%

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. Principalmente em 2021 existe um serviço contratado para este fim.

Os ganhos e as perdas em alienações, sempre que aplicável, são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na execução orçamentária.

3.5 Provisões para perdas por *impairment* em ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso.

3.6 Outros ativos e passivos

Outros ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos. Quando requerido, os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

Outros passivos são demonstrados pelo valor de realização e compreendem as obrigações com terceiros resultantes de operações. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

3.7 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal das atividades, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

3.8 Provisões para riscos cíveis e trabalhistas

Reconhecidas quando a Entidade possui uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Entidade. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 13.

Implantação de política contábil em 2017 – Em atendimento aos prazos normativos de implantação emanados pela Secretaria do Tesouro Nacional, por meio da Portaria STN nº 539/2015, anexo único (Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP), e pelo Conselho Federal de Contabilidade, mediante a Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP Estrutura Conceitual, de 23/09/2016 (Mensuração de Ativos e Passivos nas Demonstrações Contábeis), o CAU/MG procedeu ao registro contábil de Provisões para Contingências Cíveis e Trabalhistas ao encerramento do exercício de 2017.

Base de mensuração – O CAU/MG adota a Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017 expedida pelo CAU/BR, em consonância com as instruções contidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

As contingências que compõem o passivo circulante e/ou passivo não circulante, se aplicável, observa os critérios do estudo de possibilidade de perdas cuja elaboração é de responsabilidade da Assessoria Jurídica do Conselho.
As ações judiciais trabalhistas ou cíveis com estimativa de valor confiável e que apresentam uma

situação de saída de recurso provável são tratadas como provisão no passivo circulante e/ou passivo não circulante. As ações que não possuem estimativa confiável ou que não demonstram probabilidade de saída de recursos são tratadas como passivos contingentes, integrando as notas explicativas às demonstrações contábeis.

3.9 Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial, estruturado em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da Entidade.

A classificação dos elementos patrimoniais considera a segregação em "circulante" e "não circulante", com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade.

3.10 Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário.

O Balanço Orçamentário é estruturado de forma a evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária.

3.11 Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

3.12 Demonstração das variações patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as variações verificadas no patrimônio e indica o resultado patrimonial do exercício.

As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido.

O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações quantitativas aumentativas e diminutivas.

3.13 Demonstração do fluxo de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa permite aos usuários projetar cenários de fluxos futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços.

4. Gestão de Risco Financeiro

4.1. Considerações gerais e políticas

As operações financeiras da Entidade são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia previamente aprovada pela alta governança.

As estratégias de gerenciamento de riscos da Entidade e os efeitos nas demonstrações financeiras podem ser resumidos como segue:

a) **Risco de Crédito:** O risco de crédito decorre da possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo devedor ou contraparte de suas obrigações financeiras nos termos pactuados. Essa exposição está relevantemente associada às aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme Nota Explicativa nº 5, bem como aos valores a receber (anuidades), descritos na Nota Explicativa nº 6.

   O entendimento da Administração é de que o risco de crédito está substancialmente mitigado:

   i) com relação às aplicações financeiras, os recursos estão preponderantemente aplicados em instituições financeiras de primeira linha, cujos prazos de vencimento são de curto prazo; e

   ii) com relação às contas a receber os valores estão anuidades a receber dos profissionais arquitetos e urbanistas, sendo que para o exercício da profissão as anuidades precisam estar adimplentes.

   Adicionalmente, não há nenhum indicativo de redução ao valor recuperável desses ativos.

b) **Risco de mercado:** O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da mudança nos preços de mercado de instrumentos financeiros e compreende os riscos de flutuação da moeda, de taxa de juros e de preços. Essa exposição está relevantemente associada às taxas pactuadas com instituições financeiras das aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme apresentada na Nota Explicativa nº 4. O entendimento da Administração é de que o risco de taxa de juros está substancialmente mitigado considerando a aplicação em produtos de renda fixa com taxas atreladas à variação do DI, com insignificante margem de alteração.

c) **Risco de liquidez:** O risco de liquidez está associado à eventual falta de recursos para honrar os compromissos assumidos, em função do descasamento entre ativos e passivos. A previsão de fluxo de caixa é realizada pela administração da Entidade por meio do departamento financeiro.

   A administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Entidade para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

5. Caixa e equivalentes de caixa

Conta	31/12/2019	31/12/2020
Caixa	-	-
Bancos Conta Movimento	93.448	103.664,50
Aplicações Financeiras	6.603.081	9.708.367,20
Banco Arrecadação	68.995	249.756,24
Totais	**6.765.524**	**10.061.787,94**

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos de renda fixa emitidos e compromissados pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita no resultado corrente.

6. Créditos de curto prazo

Conta	31/12/2019	31/12/2020
Créditos de Anuidades do Exercício	2.170.496	2.530.448,00
Créditos de Anuidades do Exercício Anterior	2.420.261	4.522.574,13
(-) Provisão para Créditos Liquidação Duvidosa	- 1.828,964	- 3.339.003,35
Totais	**2.761.793**	**3.714.018,78**

A Entidade registra a provisão para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa, após análise globalizada do montante de casos que se encontram nas mesmas situações.

Os créditos de curto prazo, apresentados na tabela acima mostram um aumento significativo em relação ao exercício anterior, isso se deve ao aumento de parcelamentos e a quantidade de novos profissionais e a provisão para devedores duvidosos que houve após nova análise no quadro hoje existente.

Especialmente para o exercício 2020, os créditos a receber provenientes de processos de dívida ativa foram realocados para a alínea de Créditos de Anuidades do Exercício Anterior (vide NE 10).

7. Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Conta	31/12/2019	31/12/2020
Saldo de Suprimento de Fundos	-	-
Créditos Diversos a Regularizar	203	373,50
Sul América Capitalização	8.000	8.000
Depósito Judicial a Recuperar	-	-
Totais	**8.203**	**8.373,50**

Os créditos acima, referem-se as contas transitórias com compensação nos meses subsequentes, são contas de adiantamentos.

8. Estoques

Os estoques têm seu controle mantido através do módulo SIALM.NET e o consumo é sistematicamente acompanhado.

Conta	31/12/2019	31/12/2020
Material de Expediente	5.123	3.471
Material de Informática	-	-
Totais	**5.123**	**3.471**

9. Variações Patrimoniais Pagas Antecipadamente

Trata-se de apropriações mensais de seguros conforme a utilização da proteção. Fora pagas (financeiro) na data da contratação, mas a apropriação orçamentária ocorre segundo a utilização. Em suma, o CAU/MG possui 2 (duas) apólices de seguros. São um para a VAN do programa CAU Itinerante e outro para resguardar a sede e os escritórios descentralizados bem como seus respectivos mobiliários.

Conta	31/12/2019	31/12/2020
Prêmios de Seguros	6.130	6.884
Totais	**6.130**	**6.884**

10. Créditos a Longo Prazo

Conta	31/12/2019	31/12/2020
Créditos de Anuidades em Dívida Ativa Administrativa	1.491.741	-
Créditos de Anuidades em Dívida Ativa Judicial		
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-1.120.195	-
Totais	**371.546**	**-**

Está sendo desenvolvido um trabalho de regularização e inscrição de devedores em dívida ativa. A cada ano este trabalho se desenvolve de modo que o número de inscritos passa a ser cada vez maior. Este trabalho ainda é bastante insipiente. Até a plena inscrição de devedores registrados a tendência é de aumento contínuo no número de devedores e por consequência dos valores registrados. Entretanto o CAU/MG ainda não possui um relatório que nos permita a segregação por esferas (Administrativa e Judicial) – somente o valor total acumulado. Entretanto, para o exercício 2020 foi proposta a junção dos saldos de dívida ativa com os valores a receber de exercícios anteriores (vide NE 6) como forma de aglutinação desta informação até que se consigam os relatórios segregados de toda a informação de devedores a longo prazo.

11. Imobilizado

A Entidade acompanha anualmente as vidas úteis dos ativos imobilizados e foram identificadas diferenças significativas durante o ano. De forma recorrente a auditoria notificou casos em que a vida útil dos bens já se encontra totalmente exaurida e os bens continuam em utilização. No final de 2020 - início de 2021 foi contratado o serviço de Reavaliação Patrimonial que já se encontra em realização. Para 2021 o CAU/MG terá um posicionamento exato de todo o imobilizado, eliminando assim todos os possíveis vícios existentes.

			Líquido	
Tipo de Bem	**Custo (R$)**	**Depreciação Acumulada**	**31/12/2019**	**31/12/2020**
Máquinas e Equipamentos	86.508,13	(60.951,90)	35.744	25.556
Instalações	2.952,98	(1.033,62)	2.214	1.919
Veículos	245.500,00	(122.749,84)	122.750	122.750
Móveis e Utensílios	290.239,47	(259.883,03)	31.619	30.356
Equipamentos de Informática	275.946,80	(243.189,27)	36.490	32.757
Utensílios de copa e Cozinha	5.584,00	(3.032,71)	3.053	2.551
Totais			**231.873**	215.891

Em 2020 não houve evolução patrimonial no tocante a bens móveis imobilizados. Somente para o intangível houve uma pequena aquisição.

12. Intangível

Conta	**31/12/2019**	**31/12/2020**
Softwares	62.138	63.836
Outros Intangíveis	-	-
Totais	**62.138**	**63.836**

Movimentação:

Descrição	31/12/2019	Adições	Baixa	Amortização	31/12/2019
Software	62.138	1.699	-	62.711	63.836
Total	**62.138**	**1.699**	**-**	**62.711**	**63.836**

As aquisições estão representadas pela compra de 1 (uma) licença da plataforma de videoconferência ZOOM para a equipe do CAU/MG em home office.

13. Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo

	31/12/2019	31/12/2020
Pessoal a Pagar	-	-
Apropriação Mensal da Folha	431.140	489.912
Benefícios Previdenciários a pagar	-	-
Total	**431.140**	**489.912**

No quadro abaixo constam as provisões.

Descrição	31/12/2019	31/12/2020
Férias	330.376	375.412
INSS S/ FÉRIAS	71.030	80.713
FGTS S/ FÉRIAS	26.430	30.032
PIS/PASEP S/ FÉRIAS	3.303	3.754
Total	**431.140**	**489.912**

14. Fornecedores e contas a pagar a curto prazo

Conta	31/12/2019	31/12/2020
Fornecedores Diversos (Credores Diversos)	-	-
Restos a Pagar Processados	175.636	102.171
Outros Valores a Regularizar	17.418	15.686
Totais	**193.054**	**117.858**

Em outros valores a regularizar estão registrados os valores recebidos a título de dívida ativa sem a devida correspondência na contabilidade. Estão aguardando posicionamento do setor de cobrança para plena regularização.

15. Obrigações e Repartição a Outros

Descrição	31/12/2019	31/12/2020
CAU - Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil	121	121
Total	**121**	**121**

Pendência de R$ 121,59 em decorrência de divergência no valor de cota parte da receita do CAU/MG pendente de acerto. Manutenção da pendência de 2019 para 2020. Perdura ainda para 2021. Expectativa de resolução em abril/2021.

16. Provisões a Curto Prazo

Em meados de 2019, os saldos de provisões do grupo 217 – Provisões Trabalhistas Curto Prazo, foram transferidos para o grupo 211 – Apropriação Mensal da Folha (Provisões) por solicitação do CAU/BR para melhor atendimento ao disposto no PCASP (Vide NE 13).

Descrição	31/12/2019	31/12/2020
PROVISÕES JUDICIAIS CURTO PRAZO	17.500	80.920
Total	**17.500**	**80.920**

Provisões de férias e encargos acumulados no exercício para pagamento e baixa em exercícios seguintes. Para detalhamento das provisões judiciais e evolução dos valores, vide nota 18.

17. Demais Obrigações a Curto Prazo

As demais obrigações a curto prazo compreendem as consignações de tributos a serem recolhidos no início do exercício subsequente.

Descrição	31/12/2019	31/12/2020
INSS	20.139	22.269
IRRF	51.213	58.036
ISS	559	49
IRRF/COFINS/CLSS/PIS A RECOLHER	379	1.338
Contribuição Sindical - Anual	-	-
Total	**72.291**	**81.695**

18. Provisão para riscos processuais a longo prazo

A Entidade é parte em determinados processos oriundos do curso normal do seu funcionamento, para os quais foram constituídas provisões baseadas na estimativa de seus consultores legais. As principais informações desses processos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, estão assim representadas no que se refere ao longo prazo. Para o curto prazo vide nota 16.

Provisões a Longo Prazo	31/12/2019	31/12/2020
Provisões Cíveis/Trabalhistas	20.650	65.350
Totais	**20.650**	**65.350**

Natureza das contingências

A Entidade é parte envolvida em processos trabalhistas e cíveis, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial. As respectivas provisões para contingências foram constituídas considerando a estimativa feita pelos assessores jurídicos, para os processos cuja probabilidade de perda nos respectivos desfechos foi avaliada como provável. A Administração acredita que a resolução destas questões não produzirá efeito significativamente diferente do montante provisionado.

19. Patrimônio Líquido

Conta	31/12/2019	31/12/2020
Superávit ou Déficit do Exercício	-	3.758.851
Superávit ou Déficit Acumulado de Exercícios Anteriores	6.881.586	9.416.842
Ajustes de Exercícios Anteriores		-
Patrimônio Líquido	**6.881.586**	**13.175.694**

Estão relacionados o resultado do exercício acrescido de resultados de exercícios anteriores de forma acumulada.

20. Partes relacionadas

A Entidade em 31 de dezembro de 2020 o CAU/MG não possuía coligadas, controladas ou subsidiárias integrais, dessa forma, não há transações com partes relacionadas dessa natureza.

Não há qualquer remuneração ou contraprestação aos Conselheiros e Dirigentes do CAU/MG, tratando-se de cargos honoríficos, em conformidade com o artigo 40, da Lei nº 12.378/2010.

No exercício de 2020 não houve concessão de benefícios de longo prazo pós-emprego, plano de aposentadoria e de rescisão de contrato de trabalho.

21.21. Despesas por natureza X Receita

Considerando os valores relacionados no Grupo 03 – Variações Diminutivas. Para as despesas na fase da Liquidação tem-se o montante de R$ 7.718.927,03.

Classificação	2019	2020
Despesa com Pessoal e Encargos	4.757.446	5.159.960,57
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	587.817	102.885,17
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	1.841.979	1.029.528,14
Transferências Concedidas	1.262.585	798.191,06

Desvalorização e Perda de Ativos	307.140	389.843,66
Tributárias	517.772	130.398,43
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	53.400	108.120,00
Total	**9.328.139**	**7.718.927,03**

Detalhamento da Receita

Receita	Orçado	Arrec. Período	Arrec. Exerc.	Diferença
RECEITA REALIZADA	**R$ 9.279.185,98**	**R$ 10.326.854,00**	**R$ 10.326.854,00**	**-R$ 1.047.668,02**
RECEITA CORRENTE	**R$ 9.279.185,98**	**R$ 10.326.854,00**	**R$ 10.326.854,00**	**-R$ 1.047.668,02**
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	**R$ 4.748.598,65**	**R$ 5.582.149,74**	**R$ 5.582.149,74**	**-R$ 833.551,09**
ANUIDADES	R$ 4.748.598,65	R$ 5.582.149,74	R$ 5.582.149,74	-R$ 833.551,09
RECEITA DE SERVIÇOS	**R$ 4.243.399,96**	**R$ 4.012.759,91**	**R$ 4.012.759,91**	**R$ 230.640,05**
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	R$ -	R$ 31.177,07	R$ 31.177,07	-R$ 31.177,07
EMOLUMENTOS COM REG. DE RESP. TÉC. - RRT	R$ 4.243.399,96	R$ 3.979.701,87	R$ 3.979.701,87	R$ 263.698,09
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	R$ -	R$ 1.880,97	R$ 1.880,97	-R$ 1.880,97
FINANCEIRAS	**R$ 183.935,88**	**R$ 611.631,67**	**R$ 611.631,67**	**-R$ 427.695,79**
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	R$ -	R$ 248.208,25	R$ 248.208,25	-R$ 248.208,25
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	R$ 183.935,88	R$ 363.423,42	R$ 363.423,42	-R$ 179.487,54
MULTAS SOBRE ANUIDADES	**R$ -**	**R$ 167.327,50**	**R$ 167.327,50**	**-R$ 167.327,50**
REM. DE DEP. BANC. E APLIC. FINANCEIRAS	**R$ 183.935,88**	**R$ 196.095,92**	**R$ 196.095,92**	**-R$ 12.160,04**
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	**R$ 103.251,49**	**R$ 120.312,68**	**R$ 120.312,68**	**-R$ 17.061,19**
MULTAS DE INFRAÇÕES	R$ -	R$ 10.920,92	R$ 10.920,92	-R$ 10.920,92
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	R$ 103.251,49	R$ 109.391,76	R$ 109.391,76	-R$ 6.140,27
Total:	**R$ 9.279.185,98**	**R$ 10.326.854,00**	**R$ 10.326.854,00**	**-R$ 1.047.668,02**

22. Resultados orçamentário, patrimonial e financeiro

Resultado Patrimonial	**2019**	**2020**
Variação Patrimonial Aumentativa (Receita)	11.391.061	11.477.778
(-) Variação Patrimonial Diminutiva (Despesa)	(9.328.139)	(7.718.927,03)
(=) Superávit Patrimonial apurado	**2.062.922**	**3.758.851,53**

Resultado Orçamentário	**2019**	**2020**
Receita Orçamentária Arrecadada	10.450.571	10.326.854,00
(-) Despesas Empenhadas	(8.428.434)	(7.008.535,81)
(=) Superávit Orçamentário Apurado	**2.022.137**	**3.318.318**

Resultado Financeiro	2019	2020
Saldo Disponível Apurado	6.765.524	10.061.787,94

23. Seguros

A Entidade adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados em montantes considerados suficientes pela Administração, levando em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros.

24. Relacionamento com os auditores independentes

A contratação dos auditores independentes deu-se pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil – CAU/BR, órgão central de controle dos CAU/UF, não sendo contratados outros serviços ao não ser os trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis.

25. Eventos subsequentes

Não houve eventos subsequente significativos que pudessem alterar as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2020.

Belo Horizonte/MG, 11 de março de 2020.

REINALDO ANTERO DE JESUS JUNIOR:01382688601

Digitally signed by REINALDO ANTERO DE JESUS JUNIOR:01382688601
Date: 2021.03.11 17:19:25 -03'00'

Reinaldo Antero de Jesus Júnior
Contador CAU MG
CRC MG 100.314/O-6